

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.464 - RJ (2019/0356412-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : RONALDO ORLOWSKI - RJ087506  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : WESLEY DO NASCIMENTO PEREIRA GOMES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de WESLEY DO NASCIMENTO PEREIRA GOMES, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no julgamento da Apelação Criminal n. 0054260-03.2016.8.19.0021.

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, convertido em preventiva, e restou denunciado, em 6/10/2016, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos c/c o art. 40, IV e VI, todos da Lei n. 11.343/06 (tráfico de entorpecentes e associação para o narcotráfico com emprego de arma de fogo e envolvimento de adolescente) e no art. 244-B, da Lei 8.069/1990 (corrupção de menor) (fls. 37/39).

Em 31/8/2017, sobreveio sentença absolvendo o ora paciente das imputações e determinando a expedição de alvará de soltura (fls. 58/66).

Em apelação, julgada em 15/10/2019, o Tribunal de origem deu provimento ao recurso ministerial para condenar o acusado pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas), às penas de 6 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, tendo determinado a expedição de mandado de prisão após o esgotamento do recursos ordinários (fls. 10/24).

No presente *habeas corpus*, o impetrante sustenta a impossibilidade da determinação de início imediato da execução da pena, apenas em razão do julgamento em segunda instância, sem trânsito em julgado.

Assevera que, com o novo entendimento esposado pelo Supremo Tribunal

# Superior Tribunal de Justiça

Federal, por ocasião do julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54, a execução da pena só deve se passar após o trânsito em julgado da condenação, o que, no caso concreto, ainda não se efetivou, ante a interposição de recurso especial pela defesa.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pelo recolhimento do mandado de prisão ou pela expedição de alvará de soltura, garantindo ao paciente que permaneça em liberdade até o trânsito em julgado da condenação.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator